

O ESTATUTO DAS EMPRESAS ESTATAIS ¹
ANÁLISE DO ESTATUTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM RELAÇÃO A
LEGISLAÇÃO ANTERIOR

Ederson Rivelini²
Prof. M.^a Ivana Nobre Bertolazo³

O Presente trabalho abordará a lei 13303/16 o Estatuto das Empresas Estatais, que regulamenta as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e suas subsidiárias, abrangendo as estatais da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O Estatuto é uma regra geral para empresas Estatais, uma vez que a Constituição Federal de 1988 já previa a necessidade de uma regra geral para Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista no Art. 173 §1º. Antes disto as estatais, buscavam regulamentações em regras gerais da Administração Pública, em instrumentos jurídicos esparsos, quando necessitava de regulamentação e norte para determinada matéria que buscava. Desta forma em 30 de junho 2016 foi sancionada a lei 13303/16 e estipulando prazo 24 meses para que as empresas públicas e sociedades de economias mistas e suas subsidiárias se enquadrem na nova regulamentação. A problemática do estudo a ser realizado é analisar as mudanças em que o novo Estatuto das Estatais trouxe em relação a legislação anterior. Verificar todos os institutos anteriores que determinavam regras as empresas públicas e sociedades de economia mistas e suas subsidiárias, analisando como era antes, e como vai ser agora. Sendo assim o objetivo geral deste trabalho é analisar quais são as mudanças em que o novo Estatuto das Estatais trouxe em relação a legislação anterior. E especificamente os objetivos de grande relevância seriam: Compreender e explicar “O Estatuto das Empresas Estatais” lei 13303/16 e suas disposições gerais, explicando o que é esta nova lei, como ela se torna uma regra geral para todas as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista; elencar e analisar as regras que compõem diretoria e seus administradores, como: regras quem envolvem diretoria, a contratação de administradores, dos conselhos da administração e fiscal e do comitê de auditoria trazendo as mudanças em relação a legislação anterior; explicar e analisar a Governança Corporativa, mostrando sentido, transparência, gestão de riscos, controle interno e externo, trazendo as mudanças em relação a legislação anterior; elencar e analisar as regras de Compras e Procedimentos Licitatórios trazendo as mudanças em relação a legislação anterior. Para a realização deste trabalho o referencial teórico a ser usado será o jus positivismo, por se tratar do estudo de um mecanismo jurídico formalizado dentro do ordenamento jurídico brasileiro, sendo utilizado o método científico, hipotético dedutivo com os auxiliares: estatísticos, comparativo e histórico comparativo. As técnicas de pesquisa a serem usadas serão: a documental, revisão bibliográfica e pesquisa de campo. O referencial bibliográfico será baseado em livro de doutrinadores do direito administrativo, artigos científicos, leis e jurisprudências. Por fim o resultado esperado deste trabalho e

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro de Iniciação Científica e de Extensão da FACNOPAR.

² Acadêmico do 8º Período do Curso de Direito da FACNOPAR. tikaorivelini@hotmail.com.

³ Professora da Facnopar. Orientadora do trabalho.

trazer as diferenças em que o Estatuto pode proporcionar, sobre a legislação usada, afim de demonstrar se proporciona maior segurança jurídica as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Palavras-chaves: Estatuto; Empresa Pública; Sociedade de Economia Mista; Estatais; Legislação Anterior.